

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS CENTROS DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE DE RIO BRANCO – AC.

Sara Lorena Silva de Brito ¹

Eroína Moreira de Melo ²

Apollo Reis dos Santos da Silva ³

Adriane Corrêa da Silva ⁴

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física escolar; Educação Especial; Deficiências.

INTRODUÇÃO

A vida, nos centros urbanos, impõe enormes restrições à atividade física espontânea da criança. Essas restrições acabam por induzir a hábitos extremamente sedentários, tornando iminente o risco de graves consequências para a saúde física e mental. A prática regular de atividade física se torna uma necessidade para as crianças promovendo o melhor crescimento e prevenindo doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, diabetes).

No atual cenário escolar, a educação física integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica (LDB 9394/96 LEI 10.793/2003). Desta forma, a educação física se apresenta na escola como manifestação pedagógica de uma área de conhecimento. Sabemos que esta área é parte integrante, constituída na e pelo ambiente escolar, possibilitando uma cultura escolar de Educação Física (KUNZ, 1994).

Até o início do século XXI, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial, ou seja, o aluno frequentava uma ou a outra. Na última década, foi sancionada a Lei n.7.853 de 24 de outubro de 1989, a qual dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Conforme, o documento subsidiário à política de inclusão, que institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, este disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (PAULON, 2005).

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional numa perspectiva coletiva da comunidade escolar reforça a necessidade da construção de escolas inclusivas, que contam com redes de apoio a inclusão. Nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que teoricamente acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem.

A escola, "pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente" (CARVALHO, 1998, p.170).

Entretanto, ainda existem os centros de apoio; como o Centro de Reabilitação Infanto-Juvenil do Hospital das Clínicas Dom Bosco e APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Nestes locais os alunos podem receber atendimento especializado, através de uma equipe multidisciplinar; dentre eles, o profissional de educação física. Nestes ambientes, há um apoio voltado ainda, àqueles com deficiência em grau severo e alguns em grau



moderado, contrariando a legislação, visto que não estão incluídos no cenário da educação regular.

Em vista disto, o acadêmico de educação física deve ter uma vivência prática durante o curso de formação, na área da educação especial, para que não tenha apenas o conhecimento teórico, mas sim teórico-prático, para aplicá-lo enquanto professor.

Apresenta os avanços e retrocessos adquiridos através da inclusão dos alunos com deficiência na educação de ensino regular, distanciando assim, aqueles com deficiência em grau moderado e severo dos de grau leve.

Por fim, o objetivo deste artigo foi o de observar as aulas de educação física aplicadas nos centros de apoio de Rio Branco – AC, dentro e fora deles (Esporte adaptado) e argumentar a cerca da atual grade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre – UFAC.

METODOLOGIA

Este artigo foi construído a partir da disciplina Educação Física e Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, ministrada no sexto período do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre - UFAC, no segundo semestre de 2014.

A pesquisa foi realizada com base nos conhecimentos técnicos adquiridos através da disciplina e para o procedimento metodológico houve uso de diário de campo, registros audiovisuais e elaboração de um portfólio, pois através desses instrumentos construímos nossa percepção sobre a educação física para necessidades especiais.

Foram 3 (três) visitas em Centros de assistência da capital Rio Branco: Centro de Reabilitação Infanto-Juvenil do Hospital das Clínicas Dom Bosco; APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; CAS – Centro de Apoio ao Surdo. Além de observação e participação dos esportes adaptados, realizadas as observações em locais parceiros dos centros, do Atletismo e da bocha olímpica.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Dentro da sua relevância, este estudo apresenta o cenário da educação especial nos Centros de apoio de Rio Branco – AC. Ficou evidenciado que este cenário é carente de estrutura física e humana.

Acreditamos que a atual grade curricular do curso de Licenciatura em Educação física da Universidade Federal do Acre (UFAC) está um tanto “desatualizada”, pois não atende ao estabelecido na lei, que é o de “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (LDB, 1996, Art.53).

Durante a formação docente no curso de Licenciatura em Educação Física, nós acadêmicos iniciamos o contato com os alunos deficientes durante o estágio supervisionado I, II e III, antes mesmo de termos a disciplina voltada para atender esse público, sabendo também que, nossa grade não contempla a Língua de Sinais (LIBRAS).

Diante do exposto, a quantidade de experiências com pessoas deficientes pode ou não interferir nas atitudes dos futuros professores de educação física, haja visto que, as construções de identidade docente perpassam pelo contexto social, cultural e histórico. Ser professor então implica em vivenciar a realidade escolar, e com portadores de deficiência não seria diferente, assim enriquecendo nosso aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Sabemos que a inclusão estabeleceu que todos os alunos em idade escolar deveriam frequentar o ensino regular, mas diante das necessidades, este espaço não atende com qualidade o público com necessidades especiais severas, sendo assim os centros de apoio e a universidade deveriam dialogar, para minimizar esta lacuna encontrada na educação física.

Neste trabalho de observação, nos levou um questionamento: _Quem irá substituir esses professores futuramente?! Uma vez que, a grade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre – UFAC, não nos prepara para atuar nestes centros, pois o estágio supervisionado está direcionado para rede regular de ensino, quando deveria também atender os centros e ainda não estamos contemplados com a disciplina de LIBRAS.

Percebemos ainda um equívoco cronológico na grade curricular, onde o estágio IV, que é voltado à educação especial (ensino regular), vem tardiamente; no último período de graduação, quando na realidade, já tivemos esse contado, a partir do segundo ano de curso, nos estágios I, II e III.

Desta forma, não vemos sentido na existência do estágio supervisionado IV apenas no ensino regular, quando na verdade deveria também ser voltado aos centros de atendimento, onde o professor de educação física faz parte do quadro multidisciplinar.

É necessário que as universidades e em especial a nossa, incentivem aos acadêmicos a contribuírem com essas instituições, pois este também será um local de trabalho do futuro professor de educação física.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Elder R. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.

KUNZ, Elenor. Transformação-didático-pedagógico do esporte. Ijuí: ed. Unijui, 1994.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/ldb-2013-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional>. Acesso em: 06 de abr de 2015.

PAULON, S. et al. Educação de alunos com deficiência mental. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>>. Acesso em: 10 de mar de 2015.

FONTE DE FINANCIAMENTO

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/UFAC- CAPES.

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre (UFAC); e-mail: britosaraac@gmail.com.

² Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre (UFAC); e-mail: eroinameelo@hotmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Acre (UFAC); e-mail: apollo_reis@hotmail.com

⁴ Prof^o Me. do Centro de Saúde e do Desporto/CCSD da Universidade Federal do Acre (UFAC); e-mail: adriane.acs@gmail.com.